

Avanços e desafios da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado na gestão do perímetro irrigado no Extremo Sul Catarinense*+

Advances and challenges of the Jacinto Machado Irrigation Cooperative in the management of the irrigated perimeter in the extreme south of Santa Catarina financieirização

Danieli Cristina de Souza Muzeka**

Dimas de Oliveira Estevam***

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os avanços e os desafios enfrentados pela Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (Cooijam) na gestão do perímetro irrigado do Extremo Sul Catarinense. A pesquisa caracterizada como estudo de caso, adota uma abordagem qualitativa, com análise textual discursiva. Os resultados evidenciam o papel fundamental da Cooijam na condução e operação dos sistemas de irrigação e drenagem, possibilitando a produção em áreas agricultáveis da região. Após mais de trinta anos de atuação, a cooperativa enfrenta desafios multifatoriais que dificultam a tomada de decisões com segurança. Apesar disso, destaca-se sua importância social ao contribuir para a permanência das famílias agricultoras e para a resiliência da organização cooperativista, especialmente diante da redução da presença estatal no planejamento e nos investimentos em projetos públicos de irrigação. Esse cenário contrasta com o crescimento das parcerias público-privadas nas políticas nacionais voltadas à irrigação, drenagem e gestão desses sistemas.

Palavras-chave: Projetos Estatais; Perímetros Irrigados; Cooperativismo; Políticas de Irrigação e Drenagem.

Abstract: This article analyzes the progress and challenges faced by the Jacinto Machado Irrigation Cooperative (Cooijam) in managing its irrigated perimeter in the far south of Santa Catarina. This case study adopts a qualitative approach, with discursive textual analysis. The results highlight Cooijam's fundamental role in managing and operating irrigation and drainage systems, enabling production in the region's agricultural areas. After more than thirty years of operation, the cooperative faces multifactorial challenges that hinder sound decision-making. Nevertheless, its social importance stands out, contributing to the survival of farming families and the resilience of the cooperative organization, especially in the face of reduced government involvement in planning and investment. This scenario contrasts with the advancement of public-private partnerships in national policies focused on irrigation, drainage, and the management of these systems.

Keywords: State Projects; Irrigated Perimeters; Cooperativism; Irrigation and Drainage Policies.

Classificação JEL: J54; Q58; R58.

+ Este artigo está vinculado ao Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) (mestrado e doutorado) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapes) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES pela concessão de bolsa de mestrado e doutorado, respectivamente, para a primeira autora. Por fim, destaca-se que uma versão preliminar do artigo foi publicada como capítulo do Ebook intitulado: Água: gestão, conflitos e desigualdades no ano de 2024 e apresentado um resumo no XVII Encontro de Economia Catarinense no ano de 2025.

*Submissão: 24/08/2025 | Aprovação: 24/09/2025 | Publicação: 20/10/2025 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v9.e09004](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v9.e09004)

**Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) | E-mail: dcs@unesc.net | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2185-7823>

***Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) | E-mail: doc@unesc.net | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8116-2209>

1 Introdução

A implementação de projetos de irrigação no Brasil como dinamizador do desenvolvimento regional, a reestruturação da base econômica e geração de emprego e renda é, relevante para viabilizar acesso à água e produção agropecuária no país. Desde a década de 1940, a atividade de irrigação tem recebido incentivos do setor público, visando resolver problemas hídricos, especialmente na região Nordeste. Entre as décadas de 1970 e 1980, a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), vinculado aos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), possibilitou a ampliação da abrangência territorial dos Projetos Públicos de Irrigação por meio de subprojetos realizados por autarquias federais e superintendências regionais.

Nesse contexto, destaca-se a criação de perímetros irrigados por órgão públicos federais no Nordeste e Norte de Minas Gerais, supervisionados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) e pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) (Feitosa, et al. 2014). No Sul de Santa Catarina, a partir de 1976, foi iniciado o Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI), promovido pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) como parte do subprojeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio, inserido no programa de irrigação e drenagem nacional (Souza, 2021).

As características socioeconômicas e territoriais de áreas com potencial para o desenvolvimento regional de interesse nacional impulsionaram parcerias entre a Sudesul, o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento, e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc). Em Santa Catarina, a estratégia adotada foi estabelecer um centro dinamizador da economia regional voltado para o setor agroindustrial, resultando em investimentos no projeto Litoral Sul Catarinense. Estruturado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), esse projeto teve como principal objetivo tornar produtivas áreas ainda não exploradas, com potencial de recuperação por meio de sistemas de drenagem e irrigação.

Os movimentos políticos que surgiram após o fim da ditadura civil-militar no Brasil, junto com os processos de democratização que culminaram na constituinte de 1988, resultaram em mudanças significativas no papel do Estado em intervir nas escalas regional e local, especialmente em relação à economia e às ações de infraestrutura. Nesse contexto, ocorreu uma transformação na estrutura das autarquias e órgãos da União e dos Estados, evidenciada pela extinção da Sudesul e pela fusão de empresas públicas em Santa Catarina, especificamente nas áreas de pesquisa, extensão e assistência técnica no meio rural. A criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em 1991, impulsionou a continuidade dos trabalhos regionais realizados no Subprojeto do Banhado do Sombrio. Além disso, é importante ressaltar que as legislações que regem a implantação e a gestão de perímetros irrigados em escala nacional também passaram por alterações.

Diante desse cenário, a formação de uma estrutura cooperativa entre os agricultores da região do PPDI surgiu como uma alternativa viável para garantir a continuidade do projeto. Em 1994, incentivados e orientados pela Epagri, alguns produtores das áreas adjacentes ao PPDI fundaram a Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (Cooijam). Assim, o objetivo do artigo é analisar os avanços e os desafios enfrentados pela cooperativa na gestão do projeto público de irrigação no Extremo Sul Catarinense.

A justificativa desta pesquisa reside na compreensão de que o cooperativismo tem se mostrado uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios socioeconômicos resultantes da descontinuidade político-administrativa da gestão pública. Essa abordagem é especialmente relevante no contexto do desenvolvimento rural, visando à redução das desigualdades sociais e produtivas e à promoção de um crescimento econômico sustentável por meio da produção de alimentos, com ênfase na agricultura familiar. Adicionalmente, reconhece-se que, após décadas de transformações, o extremo sul de Santa Catarina se consolidou como uma região produtiva importante do setor agropecuário, especialmente na rizicultura. Isso se deve, em grande parte, à organização de agricultores familiares em cooperativas voltadas para o manejo e a gestão de sistemas de irrigação e drenagem, que possibilitam o aproveitamento de áreas agricultáveis no estado.

Em relação aos procedimentos metodológicos, este estudo é um caso de natureza qualitativa, que utiliza análise textual discursiva com base em fontes documentais da extinta Sudesul, da Cooijam e do acervo de dados vinculados às pesquisas realizadas desde de 2019 pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Interdisciplinar em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC), vinculado ao programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Além desta seção introdutória, o artigo está estruturado em mais três seções. A segunda seção aborda a implementação de projetos públicos de irrigação na perspectiva da autogestão cooperativista. A terceira seção discute a experiência da cooperativa no perímetro irrigado do Extremo Sul Catarinense, analisando os avanços e desafios enfrentados ao longo de sua trajetória. Por fim, o artigo apresenta as considerações finais.

2 DA GÊNESE DOS PROJETOS À AUTOGESTÃO COOPERATIVISTAS EM PERÍMETROS IRRIGADOS

Ao longo da história, sobretudo nos projetos iniciais de irrigação, predominou a ideia de que o planejamento e a implementação fundamentados exclusivamente em princípios da engenharia seriam capazes de resolver os problemas hídricos e produtivos que

afetavam o território brasileiro em escala regional.

Na década de 1970, a inferência do Governo Federal por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974–1976), ao segmento foi de criar programas setoriais e regionais de cunho a resolver as questões de desequilíbrios hídricos. A centralidade dos projetos estava em ações que visavam a recuperação de áreas por sistema de drenagem e irrigação, tornando-se agricultáveis. Ações que impulsionaram a criação do Programa de Irrigação do Nordeste e do Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA) e o Plano Nacional de Irrigação, incluindo suas prerrogativas e diretrizes a ações das superintendências regionais e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) em todo o país.

Os financiamentos estrangeiros para projetos que exigiam dimensões orçamentárias e técnicas de engenharia em infraestruturas de grande porte, como os projetos de engenharia rural, os quais estavam direcionados a construção de barragens, pontes, estradas, canais de diques (irrigação e drenagem) e outros ajustes físico territoriais, a partir de 1979 receberam financiamento parcial do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que consubstanciaram a ampliação de áreas irrigáveis pela implementação de projetos públicos de irrigação institucionalizados a exemplo do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) criado em 1981 e o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) em 1985 (Muzeka; Estevam, 2024)

Autores como, Feitosa et al. (2014), Souza e Estevam (2024) que retratam em seus estudos as experiências desses programas, no Nordeste e Sul do Brasil, respectivamente, expõem em comum, o impulso à criação de núcleos regionais em prol de um processo de construção de cadeias agroalimentares ao desenvolvimento rural, alinhado ao acesso à terra, condições de produção, aumento da produtividade, melhoria das condições de vida das famílias agricultoras e das comunidades inseridas nos perímetros.

Para a formação do núcleo agrícola mencionado, a assistência técnica e a extensão rural desempenharam o papel de coordenar os esforços e conectar os agricultores aos sistemas de irrigação. Essa articulação incluiria a orientação dos produtores rumo à organização social por meio de cooperativas, conforme diretrizes do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Irrigação Agrícola (GEIDA), vinculado à política nacional de irrigação, que definia as ações prioritárias a serem adotadas (Souza; Estevam; 2024).

A formulação das diretrizes de funcionamento dos perímetros públicos de irrigação no Brasil, voltada ao desenvolvimento da agricultura, foi fortemente influenciada pela criação de cooperativas responsáveis pela gestão desses sistemas de engenharia rural (Brito; Silva; Rocha, 2025). Modelos internacionais também exerceram impacto relevante, especialmente no que se refere à metodologia de transferência da gestão do poder público para os irrigantes, influenciando diretamente as mudanças nos marcos legais da Política Nacional de Irrigação no país. Essa influência estendeu-se ainda às diretrizes de intervenção da gestão pública, no que tange à manutenção, administração e prestação de assistência técnica nos referidos perímetros (Passador; Passador; Moreira, 2009).

Até meados da década de 1980, a estratégia nacional voltada aos sistemas agrícolas de irrigação envolvia a participação direta do Estado, com foco na gestão dos projetos por meio da organização de cooperativas. Essas ações eram direcionadas em nível local, com acompanhamento e orientações técnicas e produtivas realizadas pelas equipes da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Com o fim do sistema Embrater, a estrutura de assistência técnica e extensão rural tornou-se desarticulada, o que gerou impactos negativos na continuidade dos serviços prestados aos produtores e na execução dos projetos (Feitosa et al., 2014).

Na década de 1990, com a extinção de diversos órgãos públicos que atuavam em comunidades rurais e em projetos de desenvolvimento regional em todo o território nacional – resultado de uma nova concepção de atuação e presença do Estado, baseada nos pressupostos das políticas neoliberais introduzidas pelas reformas administrativas do Governo Collor –, também foi instituída uma nova proposta de projeto público de irrigação para o país.

O relatório “*Desafios para a transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação*”, elaborado por técnicos da Secretaria Nacional de Irrigação e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, órgãos ligados ao Ministério da Integração Nacional (Feitosa et al., 2014), aponta que desde 1988 os Projetos Públicos de Irrigação reconhecidos como responsabilidade pela Codevasf passam a terem seus processos de gestão por Distrito de Irrigação, que consistem em uma organização entre os irrigantes, na forma de associação civil de direito privado sem fins lucrativos. O modelo adotado tem origem nos Estados Unidos, onde vigora desde 1903. Esse modelo revelou-se vantajoso para a iniciativa privada ao delegar a ela a gestão de grandes obras, que antes eram planejadas, executadas e custeadas pelo setor público, envolvendo altos investimentos e estruturas de grande complexidade. A partir dessa transferência, os lucros gerados pela operação desses sistemas passaram a beneficiar diretamente o setor privado. Dessa forma, o papel do Estado passou a ser mais restrito, atuando como agente regulador, promotor e facilitador, responsável por fornecer informações estratégicas que incentivem a participação do capital privado.

Este relatório também destaca os preceitos instituídos em 2012, em colaboração com o Tribunal de Contas da União, que fundamentam a nova modelagem de gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação. Essa abordagem é baseada em diretrizes que valorizam a lógica de mercado, asseguram a recuperação integral dos recursos públicos investidos, tratam a irrigação como uma atividade econômica autossustentável e a promovem a sustentabilidade socioambiental. Além disso, prevê a transferência da responsabilidade pela operação e manutenção dos perímetros aos próprios irrigantes, por meio de processos de emancipação e rateio de custos, bem como a possibilidade de alienação (privatização) ou arrendamento (aluguel) da infraestrutura pública de irrigação. Nesse contexto, o setor público tende a se eximir das obrigações políticas relacionadas às questões econômicas, ambientais e sociais decorrentes da falta de manutenção e da insuficiência de coparticipação na gestão desses sistemas.

Entretanto, por se tratar de infraestrutura pertencente à União, conforme estabelecido em lei e apontado por Passador, Passador e Moreira (2009), o Estado continua sendo obrigado a investir recursos públicos na conservação dos sistemas de irrigação, além de arcar com despesas referentes à assistência técnica agrícola, questões ambientais e pendências fundiárias. Os autores destacam que a diretriz atual do Governo visa concluir o processo de transferência de gestão, com o intuito de isentar completamente o Estado de qualquer responsabilidade financeira na administração dos perímetros. No entanto, a concretização dessa diretriz enfrenta diversos desafios, como entraves legais, a instabilidade econômica do setor agrícola, a persistência de um modelo assistencialista enraizado e a obsolescência das estruturas dos sistemas de irrigação, cuja vida útil já se encontra comprometida.

A alteração da lei em 1995, juntamente com o acordo de 2012 anteriormente mencionado, autorizou o regime de concessão para serviços e obras públicas, até então sob competência exclusiva da União, promovendo mudanças significativas na gestão dos recursos hídricos. Como resultado, houve uma diminuição da prioridade dada a projetos irrigados geridos por cooperativas, passando a incentivar a atuação da iniciativa privada e garantir o direito à concorrência dessas organizações. Esse movimento marcou uma nova trajetória pautada nos conceitos de “cessão”, “concessão” e “distritos de irrigação”, que deixaram de se restringir apenas aos irrigantes e passaram a incorporar elementos de gestão voltados a externalidades privadas.

Com relação a inserção do cooperativismo no contexto das normas legais estabelecidas, Pinho (2001) e os autores Benini e Benini (2015) nos oferecem uma compreensão sobre a dinâmica interna e as influências externas que faz com que as estruturas cooperativas atuem de maneira reativa em sua criação, manutenção e expansão. Esse fenômeno se torna ainda mais evidente quando consideramos que as cooperativas enfrentam um dilema constante entre preservar a solidariedade e competir no mercado. Inseridas em um sistema produtivo regido pela lógica da troca mercantil, essas organizações tendem a assemelhar-se às empresas convencionais. Quando priorizam a solidariedade interna, as cooperativas correm o risco de insucesso econômico ao seguirem rigidamente seus princípios fundadores. Por outro lado, ao buscarem o crescimento com foco na competição externa, elas podem perder sua essência original, adotando um modelo de cooperativismo mais pragmático e orientado para os resultados.

3 A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE IRRIGAÇÃO DE JACINTO MACHADO (COOIJAM) NO PERÍMETRO IRRIGADO NO EXTREMO SUL CATARINENSE

Entre 1971 e 1990, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) atuou nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Extremo Sul Catarinense, desenvolveu um de seus projetos sub-regionais, abrangendo 15.200 hectares, dos quais 5.000 foram destinados ao Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI). Entre as principais estratégias, destacava-se a macrodrenagem dos rios Leão e Bonito, acompanhada da proposta de construção de duas barragens interligadas a seus reservatórios. O projeto contemplava os municípios de Jacinto Machado, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Praia Grande, com o objetivo de ampliar as áreas agricultáveis e viabilizar intervenções de engenharia voltadas à gestão hídrica de uma região marcada por enchentes recorrentes e períodos de estiagem, em solos de elevada aptidão agropecuária (Souza, 2021).

Segundo Souza e Estevam (2024), consolidava-se, assim, uma estratégia eficaz de desenvolvimento regional, integrando projetos agropecuários com financiamento em áreas que exigiam elevados investimentos para a recuperação e aproveitamento de terras agricultáveis, sobretudo por meio da implementação de sistemas de irrigação e drenagem. Em paralelo, avançava a definição do zoneamento econômico, delimitando zonas interconectadas, mas com trajetórias de desenvolvimento independentes, sob a ótica da engenharia rural e da expansão da atividade agropecuária.

Os relatórios institucionais da Sudesul evidenciam a influência do modelo de perímetros irrigados, administrado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) nos projetos de engenharia rural desenvolvidos no Extremo Sul de Santa Catarina. Desde as fases iniciais, os debates sobre a administração dos sistemas de dupla função – irrigação e drenagem – já previam a construção de barragens. A estratégia consistia em implantar a infraestrutura básica com recursos da União e de suas autarquias e, posteriormente, transferir a gestão para os irrigantes locais, com apoio técnico e da extensão rural oferecida pelo Estado de Santa Catarina.

Entretanto, ao longo do percurso histórico, político e produtivo, experiências em diferentes regiões do Brasil classificaram modelos de autogestão conduzidos por cooperativas ou associações, como “fracassados” ou “ineficientes”. As justificativas apontadas incluem a “falta de espírito associativista”, a “postura paternalista do Estado” e a carência de “capacitação tecnológica e gerencial” (Feitosa et al., 2014, p.55; 59). Em síntese, a tentativa do Estado de promover o desenvolvimento regional por meio de cooperativas enfrentou resistências das comunidades, sobretudo devido à “imposição de modelos de modernização agrícola” que destoavam das práticas e saberes tradicionais (Brito; Silva; Rocha; 2025, p.19). Assim, tanto as ações de engenharia agrícola quanto a adesão restrita dos agricultores às cooperativas revelaram-se insuficientes para atender às expectativas recíprocas entre as comunidades e poder público.

No caso específico do Extremo Sul Catarinense, a atuação da Acaresc e, posteriormente, da Epagri, foi decisiva. Por meio das políticas de assistência técnica, extensão rural e crédito agrícola, essas instituições impulsionaram a modernização da agricultura local, em sintonia com aos programas nacionais de infraestrutura. Destacam-se, nesse processo, a abertura de estradas de acesso, a construção de canais de drenagem para escoamento das águas em períodos de cheia e a implantação de sistemas de irrigação voltados ao enfrentamento da estiagem, sustentados por diques e barragens.

Segundo Muzeka e Estevam (2024), o trabalho de extensão rural, voltado à difusão de conhecimentos e à consolidação de um novo modelo produtivo, foi essencial na transformação da agricultura da região. Esse novo modelo visava não apenas o aumento da produtividade, mas também, por meio de campanhas integradas, promover a troca de saberes e técnicas entre produtores de diferentes regiões de Santa Catarina, com o objetivo de incentivar a adoção da tecnologia do cultivo de arroz irrigado pelas comunidades atendidas pelo Provárzeas.

Nesse cenário, em todo o Estado Catarinense, o cooperativismo surgiu como uma alternativa eficaz para gerir os sistemas de irrigação e as barragens. Sustentado por condições naturais favoráveis — como solo fértil, clima adequado, estrutura fundiária e relevo propício —, além de investimentos em tecnologias de irrigação e drenagem, o processo de modernização da rizicultura, provocou transformações profundas na cadeia produtiva e atraiu expressivos recursos públicos ao longo dos anos.

Segundo Souza (2021), a redução da estrutura estatal e a limitação das atribuições do Estado levaram à promulgação da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que determinou a extinção e a reestruturação de diversos órgãos da administração pública federal. Dentre as instituições desativadas, destacam-se a Sudesul e o Departamento Nacional de Saneamento e Obras (DNOS), que atuavam no financiamento e na coordenação de ações governamentais na região. A extinção desses órgãos, somada à fusão das entidades estaduais responsáveis pelo desenvolvimento rural, resultou no cancelamento automático dos contratos firmados com o Estado. Como consequência, o subprojeto do Banhado do Sombrio foi interrompido.

A autora observa, que na comunidade do Tenente, área com a maior extensão de terras dentro do PPDI, há um histórico marcante de articulação e participação comunitária desde a construção das barragens, pontes e canais. Após a extinção da Sudesul em 1990, a respectiva comunidade, composta majoritariamente por produtores de arroz, passou a utilizar a água da represa do Rio Bonito, finalizada em 1989. No entanto, esse uso ocorre sem a correspondente participação nos custos operacionais da distribuição do recurso hídrico. Além disso, Souza e Estevam (2024), apontam que a utilização se dava à margem das normas e critérios técnicos previstos pela legislação vigente, tanto em âmbito federal quanto estadual. E havia também conflitos entre os irrigantes em relação ao uso e manejo dos canais de dupla função, responsáveis tanto pela irrigação quanto pela drenagem.

De modo geral, o desafio envolvia não apenas a regularização do uso das infraestruturas ainda inacabadas, mas também a retomada dos investimentos que haviam sido suspensos na década de 1990. O caminho jurídico e possível na realidade da comunidade consistia em estimular a organização dos produtores com base na experiência cooperativista existente no Estado e em algumas cooperativas de irrigação da região, visando disciplinar o uso da água de forma justa e sustentável (Souza; Estevam; 2024).

Nesse contexto, entre os anos de 1993 e 1994 houve uma mobilização social liderada pelos produtores da comunidade do Tenente, em Jacinto Machado, que gradualmente se estendeu aos produtores dos demais municípios participantes do projeto do Banhado do Sombrio: São João do Sul, Praia Grande, Santa Rosa do Sul e Sombrio. Visto que parte destas regiões apresentavam condições adequadas para potencializar os sistemas de irrigação já implantados, viabilizados por canais de dupla função que atravessavam o território.

A criação da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (Cooijam) em 1994, mostrou-se estratégica, permitindo o uso de áreas agricultáveis e o aumento da produtividade nas lavouras já em atividade. Com a inauguração das barragens Rio Leão e do Rio Bonito em 1996 e a conclusão das obras consideradas essenciais pelo Estado — cuja função principal era armazenar água e distribuí-la por meio dos canais já existentes —, o governo de Santa Catarina firmou um termo de concessão de uso dessas estruturas com a Cooijam. O acordo previa um prazo de vigência de 20 anos, a partir de 1998. Esse instrumento legal foi amparado pela Política Nacional de Irrigação, que, desde 1995, passou a adotar diretrizes voltadas à desestatização da gestão dos recursos hídricos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.074/1995.

As obras de engenharia do projeto público de irrigação e drenagem no Extremo Sul Catarinense desde as suas primeiras tratativas na década de 1970 estavam sob a responsabilidade de um acordo de cooperação entre a União e o Estado de Santa Catarina, representados, respectivamente, pela Sudesul e pela Acaresc. Ambas as instituições, autarquias públicas à época, foram extintas ou passaram por reestruturações político-administrativas ao longo da execução do projeto. Nesse cenário, o termo de concessão de uso a Cooijam, apresentou-se como o instrumento mais apropriado para assegurar a gestão do perímetro vinculado ao projeto público de irrigação.

Ao tratar-se de áreas em processo de desapropriação realizados na época pela União e subsequente repassados para o Estado de Santa Catarina, apenas em 2013, a Lei nº 16.195 autoriza o Estado de Santa Catarina a adquirir as respectivas áreas de barragens dos rios Leão e Bonito, ambas localizadas no município de Jacinto Machado, através de doação da União, com o objetivo de transferi-las para a administração da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. A nova legislação gerou uma atuação administrativa pelo governo estadual no final de 2024 visando o reconhecimento das barragens e dando início às tratativas de direito e posse das áreas ao governo Catarinense.

Embora o termo de concessão de uso — após ser findado em 2018 — não tenha sido formalmente renovado, o Estado de Santa Catarina manteve, de forma informal, a gestão das barragens sob responsabilidade da Cooijam. Conforme orientação do próprio Estado, os trâmites para regularização dos projetos e emissão das licenças estão em curso. Diante da estrutura operacional e da experiência administrativa já consolidada pela cooperativa, considera-se prudente sua permanência na gestão até que as pendências jurídicas sejam plenamente solucionadas.

A sinalização do Estado quanto à continuidade das atividades da Cooijam merece destaque, sobretudo em um contexto marcado por sucessivas transformações nos modelos cooperativistas, frequentemente reconstruídos diante de manifestações de não cooperação, práticas de favorecimento e de um egocentrismo institucionalizado. Ainda assim, mantém-se o princípio fundamental de que, ao permanecer fiel aos seus valores, o cooperativismo garante aos seus membros o acesso a direitos políticos, sociais e econômicos (Estevam; Virginio, 2017). É nesse cenário de afirmação de direitos – políticos, sociais e econômicos –, de acesso e uso dos recursos hídricos, de segurança produtiva e de geração de renda familiar e comunitária, que a Cooijam se consolida como uma referência regional.

Os estudos¹ que acompanham a trajetória da cooperativa evidenciam que, embora exista um processo em andamento para a regularização das barragens – o qual poderá envolver análises sobre os impactos nas áreas remanescentes, bem como levantamentos técnicos acerca de riscos de transbordamento, rompimento e inundações decorrentes da falta de manutenção ou de eventos externos não previstos nos projetos originais –, a definição jurídica ainda permanece incerta. Paralelamente, outras dimensões igualmente relevantes, como a socioambiental e a financeira, fundamentais para sustentar a manutenção das estruturas físicas necessárias ao funcionamento das barragens e canais, também requerem atenção.

Nesta conjuntura, os membros cooperados demonstram preocupação diante da possibilidade de assumir de modo totalitário a gestão da barragem, uma vez que a cooperativa não conta com equipe técnica qualificada nem com os recursos financeiros necessários para garantir sua adequada manutenção. Atualmente, para cobrir os custos operacionais da cooperativa – incluindo a remuneração de três funcionários, sendo um encarregado da gestão administrativa e dois responsáveis pela fiscalização dos canais abastecidos pelas barragens –, os cooperados contribuem com aproximadamente R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por hectare utilizado. Esse valor também é direcionado a fundos de manutenção do sistema, com o propósito de reduzir disputas pelo uso da água e promover uma distribuição mais equitativa entre os membros da cooperativa.

Ademais, no âmbito das dimensões sociais é reconhecido que o uso da água proveniente das barragens deve obedecer a uma hierarquia de prioridades: primeiramente destinada ao consumo humano, em seguida ao uso animal e, por fim, às atividades agrícolas, sempre respeitando a infraestrutura de canais e diques já implantada. Na ausência de demanda para as duas primeiras finalidades, o sistema hídrico – composto pelas barragens, canais e diques – é utilizado para irrigar aproximadamente três mil hectares de lavouras de arroz, o que resulta em uma média de 190 sacas produzidas por hectares, atendendo diretamente 164 cooperados.

Diante desse contexto, conclui-se que a Cooijam tem desempenhado um papel relevante na gestão das atividades sob sua responsabilidade. Entretanto, a cooperativa ainda enfrenta desafios significativos, entre os quais se destacam: a renovação do termo de concessão junto ao Estado, a implementação de ações de fiscalização e manutenção das barragens, a regularização das terras desapropriadas, além de outras demandas institucionais e operacionais. Esse cenário reflete o processo de retração do Estado em suas funções essenciais de planejamento e investimento, substituídas gradualmente pela priorização de modelos baseados em parcerias público-privadas.

A atuação da Cooijam insere-se em contexto no qual, por diversas vezes, se distancia da concepção clássica do cooperativismo como instrumento de emancipação frente as estruturas capitalistas e políticas. Esse afastamento decorre, sobretudo, das exigências de infraestrutura e das regulamentações que envolvem a gestão do sistema hídrico sob sua responsabilidade. Pinho (2001) já abordava essa complexidade ao destacar que o grande desafio do cooperativismo contemporâneo consiste em conciliar seu idealismo com a necessidade de alcançar eficiência e competitividade diante das constantes exigências impostas pela lógica econômica dominante. Ainda assim, mesmo diante dessas limitações, o cooperativismo – especialmente na experiência analisada nesta pesquisa – tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento da Região do Extremo Sul Catarinense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, o Estado assumiu a responsabilidade de coordenar e executar projetos estratégicos, entre os quais se destaca a criação de perímetros irrigados no Nordeste, no Norte de Minas Gerais e no Sul de Santa Catarina. A delimitação, reestruturação e ordenamento territorial desses perímetros expressam a implementação de uma política pública voltada para a agricultura irrigada, presente há décadas na agenda de desenvolvimento rural. Contudo, a trajetória histórica, política e social dessas iniciativas – especialmente no que refere às diretrizes de funcionamento dos sistemas de irrigação – revela realidades distintas nos diversos contextos regionais do país.

O foco desta pesquisa recaí sobre o perímetro irrigado do Extremo Sul Catarinense, onde, após a descontinuidade do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação, os produtores rurais, organizados em uma estrutura cooperativista, adotaram uma estratégia socioeconômica inovadora: unir a comunidade diante das incertezas geradas pela paralisação do projeto. Esse movimento resultou, em 1994, na criação da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (Cooijam), que passou a gerir os recursos hídricos do sistema produtivo, assumindo o desafio de enfrentar e superar o abandono estrutural da região.

A mobilização deu origem a um processo de desenvolvimento baseado no reconhecimento das potencialidades do território rural e de suas múltiplas dimensões no cenário regional. A fundação da Cooijam foi inspirada em experiências anteriores ocorridas em Santa Catarina, tendo como principal motivação a geração de emprego e renda para as comunidades diretamente dependentes da operação do sistema hídrico do PPDI, considerado essencial para a viabilidade das áreas agrícolas locais.

¹ Souza (2021); Souza; Estevam; Muzeka (2022); Souza; Estevam (2024).

Entretanto, a cooperativa enfrenta limitações significativas que comprometem sua capacidade de tomar decisão. Entre os principais desafios estão os conflitos relacionados à gestão do uso dos recursos hídricos, além das restrições financeiras e jurídicas que afetam tanto a infraestrutura quanto a manutenção necessária ao funcionamento adequado das barragens.

Apesar das dificuldades, destaca-se a relevância social da Cooijam, cuja atuação tem contribuído para a permanência das famílias agricultoras e fortalecido a resiliência da organização cooperativista diante da retração das ações estatais em planejamento e investimentos. Essa experiência contrasta com a crescente predominância das parcerias público-privadas nas políticas nacionais voltadas à irrigação, drenagem e gestão hídrica.

5 REFERÊNCIAS

BENINI, Édi Augusto.; BENINI, Elcio Gustavo. A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. **Revista O & S, Salvador**, v. 22, n. 74, p. 325-344, jul./set. –2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/av/ZWkBSq7bNdDy6rpHhGQLPyf/?lang=pt> Acesso em: 08 jun.2025.

BRASIL. **Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 jul. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19074cons.htm. Acesso em: 12 jun.2025.

BRITO, Lucas Ramyro Gomes de.; SILVA, Deusimar Batista da.; ROCHA, Cristiana Costa da. Perímetros irrigados e a modernização agrícola: uma análise social das intervenções do DNOCS no campesinato piauiense (1970-1990). **Cadernos Cajuína**, 10(1), e803. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcajv10i1.803>. Acesso em: 07 jun.2025.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira.; VERGINIO, Max Richard Coelho. A diversidade do cooperativismo brasileiro e catarinense. **Revista Catarinense De Economia**, 1(1), 72-93. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v1.n1.6>. Acesso em: 08 jun.2025.

FEITOSA, Antônio Carvalho; et al. **Desafios para a transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação: proposta para a efetiva emancipação: relatório**. Brasília: Secretaria Nacional de Irrigação, 2014. Disponível em: <https://inovagri.org.br/wp-content/uploads/2023/08/CARVALHO-FRED-Relatorio-Desafio-para-a-transferencia-de-gesto-dos-permetros-pblicos-de-irrigao.pdf>. Acesso em 07 jun.2025.

MUZEKA, Danieli Cristina de Souza; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **A gênese do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas)**. In: Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais... Palmas(TO) UFT, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/62-congresso-da-sober-397784.817837>. Acesso em 03 jun. 2025.

PASSADOR, Cláudia Souza.; PASSADOR, João Luiz.; MOREIRA, Marcos. Transferências de gestão dos perímetros públicos de irrigação: uma proposta metodológica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.11, n.3, p. 379-392, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87813162001.pdf>. Acesso em: 07 jun.2025.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTA CATARINA. **Lei nº 16.195, de 12 de dezembro de 2013**. Autoriza a aquisição de barragens nos Municípios de Taió, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado. Diário Oficial da Alesc, Florianópolis, 12 dez. 2013. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/16195_2013_lei.html. Acesso em: 04 maio.2025.

SOUZA, Danieli Cristina de. **Planejamento estatal e o plano de assentamento de populações na formação socioespacial do Extremo Sul Catarinense: propostas nacionais às especificidades regionais (1976-1996)**. 2021. 365 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/11598>. Acesso em 10 maio 2025.

SOUZA, Danieli Cristina de; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **A trajetória da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM) e as relações com as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional**. BORINELLI, Benilson; COSTA, Rogério Santos da; MACHADO, Gilnei (org.). Água: gestão, conflitos e desigualdades. Criciúma, SC: Ediunesc, 2024. p. 47-79. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/11390>. Acesso em: 14 maio 2025

SOUZA, Danieli Cristina de; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MUZEKA, Geraldo. **A trajetória da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (Cooijam)**. Seminário de Ciências Sociais Aplicadas. Vol 7, n.7. 2021. Universidade do Extremo Sul Catarinense: Criciúma, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/7088>. Acesso em: 10 jun.2025.